COMPANHIA PROVÍNCIA DE SECURITIZAÇÃO

Relatório do auditor independente

Demonstrações financeiras
Em 31 de dezembro de 2022

COMPANHIA PROVÍNCIA DE SECURITIZAÇÃO

Demonstrações financeiras
Em 31 de dezembro de 2022

Conteúdo

Relatório da Administração

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

Balanço patrimonial

Demonstrações do resultado

Demonstrações do resultado abrangente

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Demonstrações dos fluxos de caixa

Demonstrações do valor adicionado

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras

Relatório da Administração

Prezados Acionistas,

Em Cumprimento às determinações legais, submetemos a apreciação de V.Sas. as demonstrações financeiras da Companhia Província de Securitização ("Companhia"), relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022, acompanhadas das notas explicativas e do relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras.

Moeda funcional e moeda de apresentação – Os valores são apresentados em Real (R$), que é a moeda funcional da Emissora. Todas as informações financeiras apresentadas foram arredondadas para a unidade de milhar mais próxima, exceto quando indicado de outra forma.

A Companhia mantém um nível de endividamento e fluxo de recebíveis compatível com as suas obrigações.

Até 31 de dezembro de 2022, a Companhia realizou a emissão e distribuição de 67 (sessenta e sete) emissões de Certificados de Recebíveis Imobiliários (CRI), com valor total de R$ 2.509,705 e 7 (sete) emissões de Certificados de Recebíveis do Agronegócio (CRA), com valor total de R$ 802.603.

Estão ativas em 31 de dezembro de 2022, 55 (cinquenta e cinco) emissões de Certificados de Recebíveis Imobiliários, com valor total de R$ 2.287.255 e 7 (sete) emissões de Certificados de Recebíveis do Agronegócio, com valor total de R$ 802.603.

Data da emissão	Tipo	Emissão	Série	Qtde.	Volume total	Data de vencimento
15/08/2017	CRI	3	1	11.000	11.000	30/06/2021
19/10/2017	CRI	3	2	5.500	5.500	01/11/2020
19/12/2017	CRI	3	3	6.000	6.000	01/02/2021
03/08/2018	CRI	3	4	15.100	15.100	06/03/2023
04/06/2019	CRI	3	5	40.000	40.000	29/06/2023
17/07/2019	CRI	3	6	17.000	17.000	29/06/2023
20/09/2019	CRI	3	7	15.000	15.000	28/09/2023
18/12/2019	CRI	3	8	35.000	35.000	27/12/2034
01/04/2020	CRI	3	9	10.000	10.000	29/09/2025
12/05/2020	CRI	3	10	15.000	15.000	29/04/2025
08/04/2020	CRI	3	11	24.000	24.000	28/03/2025
28/05/2020	CRI	3	12	7.000	7.000	29/05/2025
13/10/2020	CRI	3	13	35.000	35.000	18/10/2023
21/08/2020	CRI	3	14	25.000	25.000	28/08/2025
21/08/2020	CRI	3	15	25.000	25.000	28/08/2025
20/08/2020	CRI	3	16	13.500	13.500	28/08/2025
04/09/2020	CRI	3	17	8.400	8.400	28/08/2025
22/09/2020	CRI	3	18	13.300	13.300	29/09/2025

Data da emissão	Tipo	Emissão	Série	Qtde.	Volume total	Data de vencimento
28/09/2020	CRI	3	19	27.000	27.000	29/09/2026
15/10/2020	CRI	3	20	32.400	32.400	17/01/2041
15/10/2020	CRI	3	21	8.100	8.100	17/01/2041
23/10/2020	CRI	3	22	37.500	37.500	30/10/2025
23/10/2020	CRI	3	23	37.500	37.500	30/10/2025
08/10/2020	CRI	3	24	17.600	17.600	30/10/2025
23/10/2020	CRI	3	25	9.750	9.750	30/10/2025
17/12/2020	CRI	3	26	10.300	10.300	30/12/2025
22/12/2020	CRI	3	27	35.000	35.000	27/11/2025
22/12/2020	CRI	3	28	35.000	35.000	27/11/2025
15/02/2021	CRI	3	29	32.000	32.000	21/03/2041
01/03/2021	CRI	3	30	18.270	18.270	26/02/2026
18/02/2021	CRI	3	31	15.000	15.000	28/01/2027
26/02/2021	CRI	3	32	6.800	6.800	26/02/2026
18/02/2022	CRI	3	33	75.000	75.000	05/03/2026
26/04/2021	CRI	3	34	30.000	30.000	29/04/2026
26/04/2021	CRI	3	35	51.000	51.000	04/07/2024
24/06/2021	CRI	3	36	65.000	65.000	08/04/2025
19/10/2021	CRI	3	37	6.200	6.200	02/10/2026
18/06/2021	CRI	3	38	27.000	27.000	18/07/2041
18/06/2021	CRI	3	39	3.000	3.003	18/07/2041
23/06/2021	CRI	3	40	45.500	45.500	03/08/2026
23/06/2021	CRI	3	41	56.000	56.000	03/08/2026
21/07/2021	CRI	3	42	14.000	14.000	24/07/2025
23/08/2021	CRI	3	43	30.000	30.000	28/08/2031
01/09/2021	CRI	3	45	101.937	101.937	20/09/2028
01/09/2021	CRI	3	46	25.484	25.484	20/09/2042
18/06/2021	CRI	3	47	80.000	80.000	18/07/2041
18/06/2021	CRI	3	48	10.150	10.150	18/07/2041
17/12/2021	CRI	3	49	45.000	45.000	30/12/2024
01/12/2021	CRI	3	50	90.000	90.000	27/11/2026
04/03/2022	CRI	3	51	25.000	25.000	08/04/2025
23/03/2022	CRI	3	52	85.000	85.000	07/04/2025
10/12/2021	CRI	3	53	28.000	28.000	16/12/2026
28/04/2022	CRI	3	55	6.000	6.000	27/05/2026
20/04/2022	CRI	3	56	10.000	10.000	06/04/2027
16/08/2022	CRI	4	1	26.100	26.100	30/08/2027
27/05/2022	CRI	5	1	30.500	30.500	30/05/2028
04/10/2022	CRI	6	1	44.000	44.000	05/12/2025
03/11/2022	CRI	7	1	18.500	18.500	27/10/2026
29/06/2022	CRI	8	1	35.300	35.300	05/08/2025
29/06/2022	CRI	9	1	33.000	33.000	05/08/2025
27/06/2022	CRI	10	1	80.000	80.000	08/07/2027
08/09/2022	CRI	11	1	10.000	10.000	30/08/2027
08/09/2022	CRI	11	2	10.000	10.000	30/08/2027
27/07/2022	CRI	13	1	100.000	100.000	24/07/2042
27/07/2022	CRI	13	2	100.000	100.000	24/07/2042
18/08/2022	CRI	16	1	36.900	36.900	26/08/2027
18/08/2022	CRI	16	2	43.100	43.100	26/08/2027
18/08/2022	CRI	16	3	20.000	20.000	26/08/2027

Data da emissão	Tipo	Emissão	Série	Qtde.	Volume total	Data de vencimento
01/11/2022	CRI	17	1	18.600	18.600	28/10/2026
17/10/2022	CRI	18	1	65.000	65.000	05/12/2025
22/08/2022	CRI	19	1	35.000	35.000	22/08/2029
19/09/2022	CRI	20	1	50.000	50.000	28/09/2027
09/12/2022	CRI	21	1	22.500	22.500	29/11/2027
20/10/2022	CRI	22	1	12.200	12.200	28/10/2027
20/10/2022	CRI	22	2	6.000	6.000	28/10/2027
21/10/2022	CRI	23	1	32.310	32.310	05/05/2028
15/12/2022	CRI	24	1	55.000	55.000	27/12/2027
03/11/2022	CRI	27	1	60.000	60.000	27/11/2025
24/10/2022	CRI	28	1	13.400	13.400	28/10/2027
27/09/2021	CRA	1	1	31.500	31.500	29/06/2027
06/12/2021	CRA	2	1	100.000	100.000	08/12/2025
29/04/2022	CRA	3	1	21.103	21.103	20/12/2027
16/12/2022	CRA	4	1	500.000	500.000	31/10/2028
23/06/2022	CRA	5	1	25.000	25.000	09/12/2025
23/06/2022	CRA	5	2	25.000	25.000	09/12/2025
27/09/2022	CRA	6	1	35.000	35.000	29/06/2028
27/09/2022	CRA	6	2	15.000	15.000	29/06/2028
09/11/2022	CRA	8	1	50.000	50.000	31/07/2028

A companhia apresentou no exercício de 2022 um lucro líquido de R$ 2.087(Lucro de R$ 1.168no exercício de 2021). O patrimônio líquido da companhia em 31 de dezembro de 2021 é de R$ 3.570 (R$ 1.930 em 31 de dezembro de 2021).

A Companhia permanece concentrando seus esforços, em estudos para identificar oportunidades de negócios e em prospecção no mercado imobiliário e de agronegócio. Os recursos para garantir a sua continuidade operacional foram, a partir deste ano, providos de suas atividades como securitizadora.

Informamos que a Auditoria Externa realizou no exercício de 2022 exclusivamente o trabalho de auditoria das demonstrações financeiras.

A Administração permanece ao inteiro dispor dos senhores acionistas para quaisquer esclarecimentos desejados.

São Paulo, 15 de março de 2023.

Tel.: +55 11 3848 5880
Fax: + 55 11 3045 7363
www.bdo.com.br

Rua Major Quedinho 90
Consolação – São Paulo, SP - Brasil
01050-030

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos
Acionistas e Administradores da
Companhia Província de Securitização
São Paulo - SP

Opinião sobre as demonstrações financeiras

Examinamos as demonstrações financeiras da Companhia Província de Securitização ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e de seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião as demonstrações financeiras referidas acima apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia Província de Securitização em 31 de dezembro de 2022 e o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião sobre as demonstrações financeiras

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação a Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

BDO RCS Auditores Independentes SS Ltda., uma empresa brasileira da sociedade simples, é membro da BDO Internacional Limited, uma companhia limitada por garantia do Reino Unido, e faz parte da rede internacional BDO de firmas-membro independentes. BDO é nome comercial para a rede BDO e cada uma das firmas da BDO.

Receita da prestação de serviço	Como nossa auditoria tratou o assunto
Conforme descrito nas Notas Explicativas nºs 3 (a) e 16, a Companhia reconhece suas receitas em decorrência da prestação de serviços relacionados a estruturação e administração das operações de securitizações. Essas receitas são apuradas de acordo com as definições previstas nos termos de securitização. Dessa forma, a mensuração e reconhecimento dessas receitas foram efetuadas considerando a determinação prevista na documentação de cada operação de securitização, de acordo com a avaliação efetuada pela administração quanto ao efetivo cumprimento de performance na prestação de serviço. Neste sentido, considerando as operações descritas e os reflexos contábeis provenientes destas movimentações financeiras, consideramos essa uma área de foco em nossa auditoria	Nossos procedimentos de auditoria incluíram o entendimento dos controles internos existentes voltados para o acompanhamento, apuração e registro da receita. Efetuamos, em base amostral, testes de recálculo dos valores apropriados como receitas e a inspeção dos documentos comprobatórios das transações que originaram as receitas reconhecidas no resultado, bem como seus respectivos comprovantes de liquidação. Baseados no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados, consideramos que as evidências de auditoria obtidas são apropriadas para determinação e reconhecimento das receitas e contas a receber registrados pela Companhia, assim como as respectivas divulgações em notas explicativas incluídas no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Outros assuntos

Demonstração do Valor Adicionado (DVA)

As Demonstrações do Valor Adicionado (DVA) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia, cuja apresentação é requerida pela legislação societária brasileira para companhias abertas, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Auditoria dos valores correspondentes ao exercício anterior

As demonstrações financeiras da Companhia relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021, apresentadas para fins de comparação, foram auditadas por outros auditores independente, cujo relatório de auditoria foi emitido 14 de fevereiro de 2022, sem modificação.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A Administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.
Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o

Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accouting Standards Board* (IASB) e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional, e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia;
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração;

- Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional;
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela Administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança, declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 15 de março de 2023.

BDO RCS Auditores Independentes SS Ltda.
CRC 2 SP 013846/O-1

Ismael Nicomédio dos Santos
Contador CRC 1 SP 263668/O-4

COMPANHIA PROVÍNCIA DE SECURITIZAÇÃO

Balanço patrimonial
Em 31 de dezembro 2022 e de 2021
(Em milhares de Reais)

Ativo

	Nota Explicativa	31/12/2022	31/12/2021
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	4	1.671	2.078
Clientes	5	109	-
Impostos a recuperar	6	3.379	174
Outros valores a receber	7	138	19
		5.297	2.271
Não circulante			
Depósito em caução		2	2
Imobilizado	9	54	16
		56	18
Total do ativo		5.353	2.289

As notas explicativas da Administação são partes integrantes das demonstrações financeiras.

COMPANHIA PROVÍNCIA DE SECURITIZAÇÃO

Balanço patrimonial
Em 31 de dezembro 2022 e de 2021
(Em milhares de Reais)

Passivo e patrimônio líquido

	Nota Explicativa	31/12/2022	31/12/2021
Circulante			
Dividendos a pagar		203	112
Fornecedores		63	6
Obrigações trabalhistas	10	134	31
Impostos e contribuições a recolher	11	1.164	75
Outras obrigações	12	219	136
		1.783	360
Patrimônio líquido	15		
Capital Social		820	820
Reservas de lucros			
Legal		164	101
Reserva de lucros a distribuir		2.586	1.008
		3.570	1.929
Total do passivo e patrimônio líquido		5.353	2.289

As notas explicativas da Administação são partes integrantes das demonstrações financeiras.

COMPANHIA PROVÍNCIA DE SECURITIZAÇÃO

Demonstrações do resultado
Exercícios findos em 31 de dezembro 2022 e de 2021
(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Nota Explicativa	31/12/2022	31/12/2021
Receita bruta			
Prestação de serviços	16	4.410	3.446
Deduções da receita			
Impostos sobre serviços	16	(427)	(321)
Receita operacional líquida		3.983	3.125
Receitas (despesas) operacionais			
Salários, encargos sociais e benefícios	17	(2.147)	(1.011)
Serviços de terceiros	18	(1.412)	(806)
Anúncios e publicações		(44)	(37)
Locação de salas		(66)	(44)
Cartórios		(6)	(12)
Comunicação		(47)	(34)
Outras despesas administrativas		(151)	(33)
Despesas indedutíveis		-	(18)
Resultado financeiro líquido	19	3.098	390
Despesas tributárias		(78)	(28)
Outras receitas (despesas) operacionais		27	14
		(826)	(1.619)
Resultado antes dos impostos		3.157	1.506
Imposto de renda	13	- 785	(243)
Contribuição social	13	- 285	(96)
Resultado líquido do exercício		2.087	1.167
Lucro por ação (em Reais)	15	0,00255	0,0014

As notas explicativas da Administação são partes integrantes das demonstrações financeiras.

COMPANHIA PROVÍNCIA DE SECURITIZAÇÃO

Demonstrações do resultado abrangente
Exercícios findos em 31 de dezembro 2022 e de 2021
(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

	31/12/2022	31/12/2021
Resultado líquido do exercício	2.087	1.167
Resultados abrangentes do exercício	2.087	1.167

As notas explicativas da Administação são partes integrantes das demonstrações financeiras.

COMPANHIA PROVÍNCIA DE SECURITIZAÇÃO

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido
Exercícios findos em 31 de dezembro 2022 e de 2021
(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Capital Social	Reserva Legal	Reserva de Lucro a distribuir	Lucro acumulado	Patrimônio líquido
Saldos em 1º de janeiro de 2021	820	43	10	-	873
Lucro líquido do exercício	-	-	-	1.167	1.167
Destinação do lucro:					
Reserva legal	-	58	-	(58)	-
Dividendos obrigatórios	-	-	-	(111)	(111)
Reserva estatutária	-	-	998	(998)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2021	820	101	1.008	-	1.929
Saldos em 1º de janeiro de 2022	820	101	1.008	-	1.929
Lucro líquido do exercício	-	-	-	2.087	2.087
Destinação do lucro:					
Reserva legal	-	63	-	(63)	-
Dividendos obrigatórios	-	-	-	(202)	(202)
Reserva estatutária	-	-	1.822	(1.822)	-
Dividendos distribuídos	-	-	(244)	-	(244)
Saldos em 31 de dezembro de 2022	820	164	2.586	-	3.570

As notas explicativas da Administação são partes integrantes das demonstrações financeiras.

COMPANHIA PROVÍNCIA DE SECURITIZAÇÃO

Demonstrações dos fluxos de caixa
Exercícios findos em 31 de dezembro 2022 e de 2021
(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

	31/12/2022	31/12/2021
Atividades Operacionais		
Lucro líquido do exercício	2.087	1.167
Ajustes que não afetam o caixa		
Depreciação	8	3
	2.095	1.170
Variações dos Ativos e Passivos		
Clientes	(109)	19
Impostos a recuperar	(3.205)	(153)
Outros valores a receber	(119)	36
Fornecedores	58	4
Obrigações trabalhistas	103	5
Impostos e contribuições a recolher	1.089	(101)
Débitos com patrimônios de afetação	-	(33)
Outras obrigações	83	124
	(2.100)	(99)
Fluxo de caixa (consumido) / gerado nas atividades operacionais	(5)	1.071
Atividades de Investimentos		
Aquisição de imobilizado	(46)	(16)
Fluxo de caixa consumido nas atividades de investimentos	(46)	(16)
Atividades de Financiamento		
Pagamento de dividendos	(356)	-
Fluxo de caixa consumido nas atividades de financiamento	(356)	-
(Diminuição)Aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa	(407)	1.055
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	2.078	1.023
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	1.671	2.078

As notas explicativas da Administação são partes integrantes das demonstrações financeiras.

COMPANHIA PROVÍNCIA DE SECURITIZAÇÃO

Demonstrações do valor adicionado
Exercícios findos em 31 de dezembro 2022 e de 2021
(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

	31/12/2022	31/12/2021
Receitas		
Prestação de serviços	4.410	3.446
	4.410	3.446
Insumos adquiridos de terceiros		
Materiais, energia e outros	(132)	(132)
Serviços de terceiros	(1.600)	(806)
Valor adicionado bruto	2.678	2.508
Retenções	(8)	(3)
Depreciação		
Valor adicionado líquido	2.670	2.505
Valor adicionado recebido em transferência		
Receitas financeiras	3.102	395
Outras receitas	32	15
Valor adicionado a distribuir	5.804	2.915
Distribuição do valor adicionado		
Pessoal		
Remunerações	1.414	721
Benefícios	337	110
FGTS	68	41
Outros	2	-
Impostos, taxas e contribuições		
Federal e Municipal	1.862	827
Remuneração de capital de terceiros		
Aluguéis	30	44
Despesas bancárias	4	5
Juros		-
Remuneração do capital próprio		
Lucro do exercício	2.087	1.167
Valor distribuído	5.804	2.915

As notas explicativas da Administação são partes integrantes das demonstrações financeiras.

1. Contexto operacional

A Companhia Província de Securitização ("Companhia") foi constituída em 18 de outubro de 2000, e tem por objeto social: a) a aquisição e a securitização de direitos creditórios e/ou créditos hipotecários, imobiliários do agronegócio e de créditos oriundos de operações imobiliárias, de valores mobiliários lastreados em direitos de crédito e créditos do agronegócio, créditos imobiliários e assim compreendida a compra, venda e prestação de garantias em créditos hipotecários e , imobiliários e do agronegócio; bem como e de créditos oriundos de operações de empréstimo, de financiamento e de arrendamento mercantil contratados com bancos múltiplos, bancos comerciais, bancos de investimento, sociedades de crédito, financiamento e investimento, sociedades de crédito imobiliário, sociedades de arrendamento mercantil e companhias hipotecárias; b) a prestação de serviços referentes a operações no mercado secundário de hipotecas e de créditos oriundos de operações imobiliárias e do agronegócio; c) a emissão e colocação, de forma pública ou privada, ano mercado financeiro e de capitais, de Certificado de Recebíveis Imobiliários ("CRIs"), e Certificados de Recebíveis do Agronegócio ("CRAs"), ou de qualquer outro título de crédito ou valores mobiliários lastreados em direitos creditórios e/ou créditos do agronegócio ou imobiliários compatível com suas atividades; e de outros títulos de crédito; d) a realização de negócios e prestação de serviços compatíveis com as atividade de securitização de direitos creditórios e/ou créditos do agronegócio e créditos imobiliários e hipotecários, incluindo, mas não se limitando, a emissões de CRI e CRA, a administração, recuperação e alienação de direitos creditórios e/ou créditos do agronegócio. e créditos imobiliários e hipotecários, bem como a realização de operações em mercados derivativos, incluindo mas não se limitando a digitação de títulos em sistema de mercado de balcão, administração, recuperação e alienação de direitos de crédito e/ou créditos; e) a realização de operações de hedge em mercados derivados visando à cobertura de riscos na sua carteira de créditos e/ou direitos creditórios do agronegócio, imobiliários e hipotecários e f) exercer a atividade de agente fiduciário em emissão de Letra Imobiliária Garantida (LIG).

Conforme previsto pela Lei nº 9.514/97, as empresas securitizadoras de crédito imobiliário estão obrigadas a manter contabilidade individualizada por projeto. Desta forma, os procedimentos contábeis aplicáveis as operações de securitização de recebíveis imobiliários da companhia nas quais tenha sido instituído regime fiduciário e que não tenham garantia da companhia, estão adequadas as normas que tratam da divulgação de demonstrações financeiras independentes para as emissões de CRIs e implica na desvinculação completa das contas contábeis relativas a operações em questão, das demonstrações financeira da Companhia. As demonstrações financeiras da Companhia passam a refletir a total independência e autonomia existentes entre o patrimônio separado e o patrimônio da Companhia.

2. Base de elaboração e apresentação das demonstrações financeiras

(a) Base de apresentação

As demonstrações financeiras foram elaboradas com base na Lei nº 6.404/76, complementada pelas alterações introduzidas pelas Leis nºs 11.638/07 e 11.941/09 e nos Pronunciamentos, Interpretações e Orientações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), e deliberados pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM), aplicáveis a Companhia.

As demonstrações financeiras foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão.

A moeda funcional da Companhia é o Real, mesma moeda de preparação e apresentação das demonstrações financeiras. Todas as informações financeiras apresentadas em reais foram arredondas para o valor mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

As demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2022 foram aprovadas pela Administração da Companhia em 15 de março de 2023.

Novas normas e interpretações

As normas e interpretações novas e alteradas emitidas, mas não ainda em vigor até a data de emissão das demonstrações financeiras anuais da Companhia, estão descritas a seguir. A Companhia pretende adotar estas normas e interpretações novas e alteradas, se cabível, quando entrarem em vigor.

Alterações ao IAS 1: Classificação de passivos como circulante ou não circulante

Em janeiro de 2020, o IASB emitiu alterações nos parágrafos 69 a 76 do IAS 1, correlato ao CPC 26, de forma a especificar os requisitos para classificar o passivo como circulante ou não circulante. As alterações esclarecem:

- O que significa um direito de postergar a liquidação;
- Que o direito de postergar deve existir na data-base do relatório;

- Que essa classificação não é afetada pela probabilidade de uma entidade exercer seu direito de postergação;
- Que somente se um derivativo embutido em um passivo conversível for em si um instrumento de capital próprio os termos de um passivo não afetariam sua classificação.

As alterações são válidas para os períodos iniciados a partir de 1º de janeiro de 2023 e devem ser aplicadas retrospectivamente. Atualmente, a Companhia avalia o impacto que as alterações terão na prática atual e se os direitos creditórios existentes podem exigir renegociação.

Não é esperado que essas alterações tenham impacto nas demonstrações financeiras da Companhia.

(b) Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras de acordo com as normas do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), e devidamente aprovadas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC) exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e utilize premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas, tanto no balanço patrimonial da Companhia, quanto nos patrimônios em separados de cada Certificado de Recebíveis Imobiliários. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados em razão de imprecisões inerentes ao processo da sua determinação.

A Companhia está sujeita no curso normal dos nossos negócios a investigações, auditorias, processos judiciais e procedimentos administrativos em matérias cível, tributária, trabalhista, ambiental, societária e direito do consumidor, dentre outras. Dependendo do objeto das investigações, processos judiciais ou procedimentos administrativos que sejam movidas contra a Companhia poderão ser adversamente afetados, independentemente do respectivo resultado final.

Não é possível garantir que essas autoridades não autuarão a Companhia, nem que essas infrações não se converterão em processos administrativos e, posteriormente, em processos judiciais, tampouco, o resultado, tanto dos eventuais processos administrativos ou judiciais.

3. Principais práticas contábeis

As práticas contábeis e os critérios de apuração utilizados na elaboração das demonstrações financeiras foram basicamente as seguintes:

a) Apuração do resultado

O resultado é apurado pelo regime de competência dos exercícios. As receitas compreendem substancialmente o valor presente pela prestação de serviços. A receita pela prestação de serviços é reconhecida tendo como base a execução dos serviços realizados até da data base de 31 de dezembro de 2022.

b) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa são representados por depósitos bancários disponíveis, bem como aplicações financeiras de curto prazo, de alta liquidez, que são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor.

c) Outros ativos e passivos circulantes

Demonstrados pelos valores de custo de aquisição incluindo os rendimentos e as variações monetárias (em base *pro rata* dia) auferidos e, quando aplicável, ajustados aos valores de realização. Os ativos são reconhecidos no balanço patrimonial quando for provável que benefícios econômicos futuros serão gerados à companhia, e o seu valor pode ser mensurado com segurança. Já o passivo deve ser reconhecido no balanço patrimonial quando a companhia tem uma obrigação oriunda de eventos passados, com probabilidades de que um recurso seja requerido para liquidação desta obrigação.

d) Instrumentos financeiros

d.1) Classificação e mensuração

A Companhia classifica suas aplicações financeiras sob a categoria de títulos para negociação, mensuradas pelo valor justo através do resultado. A administração determinou a classificação de seus ativos financeiros no reconhecimento inicial com base na finalidade para o qual os ativos financeiros foram adquiridos.

d.2) Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado

Os ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são ativos financeiros mantidos para negociação. Os ativos dessa categoria são mensurados pelo valor justo, os ganhos ou as perdas decorrentes de variações no seu valor justo são registrados diretamente no resultado.

d.3 – Valor justo

Os valores justos dos investimentos com cotação pública são baseados nos preços atuais de compra e para aqueles sem mercado ativo ou cotação pública, a Companhia estabelece o valor justo através de técnicas de avaliação que incluem o uso de operações recentes contratadas com terceiros e a referência a outros instrumentos que são substancialmente similares.

e) Imposto de Renda e Contribuição Social

A provisão para imposto de renda, quando aplicável, é constituída com base no lucro real (tributável) à alíquota de 15%, acrescida do adicional de 10% sobre o lucro tributável que exceder a R$ 240, e a provisão para contribuição social à alíquota de 9%, conforme legislação em vigor.

Impostos a recuperar são reconhecidos na extensão em que seja provável que o lucro futuro tributável esteja disponível para ser utilizado na compensação dos referidos impostos retidos na fonte.

f) Baixa de ativos

O tratamento contábil de transferências de ativos financeiros depende da extensão em que os riscos e benefícios relacionados aos ativos são transferidos a terceiros:

1) Se a Companhia transfere substancialmente todos os riscos e benefícios a terceiros – securitização de ativos na qual o cedente não retém uma dívida subordinada ou concede uma melhoria de crédito aos novos titulares – os ativos securitizados são removidos do balanço;
2) Se a Companhia retém substancialmente todos os riscos e benefícios associados ao ativo financeiro transferido – securitização de ativos na qual o cedente retém uma dívida subordinada ou concede uma melhoria de crédito aos novos titulares venda de ativos financeiros – os ativos securitizados não são removidos do balanço, sendo reconhecido um passivo financeiro correspondente, por um valor igual à contraprestação recebida.

g) Lucro ou prejuízo por ação

O lucro ou prejuízo por ação é apurado mediante a divisão do resultado líquido da Companhia pela quantidade média ponderada de ações existentes no período.

h) Apresentação das informações por segmentos

A Companhia atua única e exclusivamente no segmento de securitização de recebíveis imobiliários e do agronegócio, motivo pelo qual não se aplica a apresentação das informações de segmentação requeridas pelo CPC 22.

i) Passivos contingentes

Contingências passivas são reconhecidas nas demonstrações financeiras quando, baseado na opinião de assessores jurídicos e da Administração, for considerado provável o risco da perda de uma ação, com provável saída de recursos para a liquidação das obrigações em montantes mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos contingentes classificados como perdas possíveis pelos assessores jurídicos, quando considerados relevantes, são apenas divulgados em notas explicativas, enquanto aquelas classificadas como perda remota não requerem provisão ou divulgação.

4. Caixa e equivalentes de caixa

	31/12/2022	31/12/2021
Bancos conta movimento	-	-
Aplicações financeiras de liquidez imediata	1.671	2.078
	1.671	2.078

5. Clientes

	31/12/2022	31/12/2021
Serviços prestados a receber	109	-
	109	-

Os valores a receber de clientes referem ao faturamento de prestação de serviços de gestão na emissão dos Certificados de Recebíveis Imobiliários e dos Certificados de Recebíveis do Agronegócio.

6. Impostos a recuperar

	31/12/2022	31/12/2021
Antecipações do próprio exercício	97	-
IRRF, PIS, COFINS e CSLL retidos (i)	3.076	-
Saldo credor de exercícios anteriores	105	171
Impostos recolhidos a maior	101	2
	3.379	174

(i) Os impostos retidos se referem a: IRRF sobre aplicações financeiras no montante de R$ 2.971; IRRF sobre serviços prestados no montante de R$ 63; CSLL retida no montante de R$ 31; Cofins retido no montante de R$ 9; e PIS retido no montante de R$2.

7. Outros valores a receber

	31/12/2022	31/12/2021
Valores a receber dos patrimônios separados (i)	138	17
Tributos compensados a receber dos patrimônios separados	-	2
	138	19

(i) Referem-se a valores pagos com caixa proprietário relacionado com as operações de Certificado de Recebíveis Imobiliários e Certificados de Recebíveis do Agronegócio que serão reembolsados pelos patrimônios separados e/ou partes envolvidas nas emissões, tais como cedentes, devedores e investidores.

8. Transação com partes relacionadas

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2022 e 2022 a Companhia prestou serviços de administração para os Patrimônios Separados, cujo valores estão demonstrados na Nota Explicativa nº 16.

A Companhia não possui benefícios de longo prazo de rescisão de contrato de trabalho ou remuneração baseada em ações para o pessoal-chave da administração.

9. Imobilizado

O saldo do imobilizado é composto de:

a) Imobilizado de Uso

Imobilizado	Taxa de Depreciação Anual	Saldo 31/12/2021	Adições	Baixas	Saldo 31/12/2022
Computadores e periféricos	20%	32	46	(13)	65
Imobilizado		32	46	(13)	65

Depreciações	Taxa de Depreciação Anual	Saldo 31/12/2021	Adições	Baixas	Saldo 31/12/2022
Computadores e periféricos	20%	(16)	(8)	13	(11)
Depreciações		(16)	(8)	13	(11)
Imobilizado líquido		16	(38)	13	54

10. Obrigações trabalhistas

	31/12/2022	31/12/2021
Provisão de férias e de 13º salário	46	3
INSS e FGTS sobre férias e 13º salário a recolher	13	1
INSS e FGTS sobre salários a recolher	75	27
	134	31

11. Impostos e contribuições a recolher

O saldo de impostos e contribuições a recolher é assim composto:

	31/12/2022	31/12/2021
Provisão de imposto de renda	785	-
Provisão de contribuição social	285	31
COFINS, PIS e ISS a recolher	43	28
IRRF sobre salários	47	15
Impostos retidos no pagamento de terceiros	4	1
	1.164	75

12. Outras obrigações

O saldo de outras obrigações é assim composto:

	31/12/2022	31/12/2021
Recebimentos antecipados de custos dos Patrimônios Separados	194	135
Outros credores	25	1
	219	136

13. Imposto de Renda e Contribuição Social Sobre o Lucro

As composições das despesas de imposto de renda e de contribuição social nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 encontram-se resumidas a seguir:

	31/12/2022		31/12/2021	
	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL
Resultado antes do IRPJ e CSLL	3.157	3.157	1.506	1.506
Adições/Exclusões	79	12	19	19
Resultado antes da compensação do prej. fiscal, base de cálculo negativa	3.236	3.169	1.525	1.525
(-) Compensação prejuízo fiscal/Base de cálculo negativa.	-	-	(458)	(458)
Resultado tributado	3.236	3.169	1.067	1.068
Imp. de renda – Alíquota 15%	(485)		(160)	-
Imp. de renda – Alíquota 10%	(300)		(83)	-
Contribuição social – alíquota 9%		(285)		(96)
	(785)	(285)	(243)	(96)

14. Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas

Os consultores jurídicos da Companhia não identificaram a existência de riscos tributários, cíveis e trabalhistas que tenham prognóstico de perda provável, ou risco tributários com risco de perda mais provável que as chances de êxito à luz do ICPC 22 – Incerteza sobre Tratamento de tributos sobre o lucro.

15. Patrimônio líquido

O capital social está representado por 820.000 ações ordinárias nominativas sem valor nominal e totalmente integralizadas.

Cada ação ordinária confere ao seu titular o direito de um voto nas deliberações da Assembleia Geral de Acionistas, cujas deliberações serão tomadas na legislação aplicável, do Estatuto Social e Acordos de Acionistas.

O Estatuto Social da Companhia prevê que o saldo remanescente dos resultados apurados em cada exercício, após deduzidos os prejuízos acumulados, terão a seguinte destinação: (a) 5% para a constituição de reserva legal, que não excederá 20% do capital social; (b) 10% serão distribuídos aos acionistas a título de dividendos obrigatórios e (c) o saldo ficará à disposição da Assembleia Geral.

Durante o exercício foram distribuídos R$ 244 na forma de dividendos, relativos a lucros de exercícios anteriores, além da destinação de R$ 202 para serem distribuídos a título de dividendo mínimo obrigatório sobre os lucros do exercício findo em 31 de dezembro de 2022, provisionados no balanço.

Em atendimento ao CPC 41(IAS 33) aprovado pela Resolução CVM nº. 113 - Resultado por ação, a Companhia apresenta a seguir as informações sobre o lucro por ação para o exercício findo em 31 de dezembro de 2022 e 2021. O quadro abaixo apresenta os dados de resultado e ações utilizados no cálculo dos lucros básico:

Lucro básico por ação	31/12/2022	31/12/2021
Numerador		
Lucro líquido do exercício	2.087	1.167
Denominador	-	-
Média ponderada do número de ações	820.000	820.000
Lucro líquido básico por ação (em Reais)	0,0025	0,0014

16. Receita operacional líquida

A receita operacional líquida é assim composta:

	31/12/2022	31/12/2021
Receita de securitização	4.410	3.446
(-) Despesa com COFINS	(178)	(138)
(-) Despesa com PIS	(29)	(22)
(-) Despesa com imposto sobre serviços	(220)	(161)
	3.983	3.125

17. Salários, encargos sociais e benefícios

A despesa com salários, encargos sociais e benefícios é composta das seguintes contas:

	31/12/2022	31/12/2021
Salários	(379)	(73)
Pró-labore	(685)	(522)
Participação nos lucros e resultados (PLR)	(92)	(72)
Bônus	(141)	(43)
Aviso prévio, férias e 13º salário indenizados	(2)	-
Provisão de férias e de 13º salário	(76)	(11)
INSS e FGTS sobre folha	(371)	(179)
INSS e FGTS sobre provisão de férias e 13º salário	(23)	(1)
Assistência médica	(187)	(67)
Programa de alimentação ao trabalhador	(147)	(43)
Seguro de vida	(1)	-
Auxílio educação	(39)	-
Vale-transporte	(3)	-
Outros	(1)	-
	(2.147)	(1.011)

18. Serviços de terceiros

A despesa com serviços de terceiros é composta das seguintes contas:

	31/12/2022	31/12/2021
Contabilidade	(57)	(14)
Auditoria	(31)	(12)
Jurídicas	(157)	(36)
Assessoria e consultoria	(843)	(403)
CETIP	(33)	(43)
Custódia	-	(33)
Escrituração de CRI	(78)	(62)
Informática	(159)	(89)
Outros serviços de terceiros	(54)	(114)
	(1.412)	(806)

19. Resultado financeiro líquido

O resultado financeiro é composto das seguintes contas:

	30/09/2022	31/12/2021
Receitas de aplicações financeiras	7.039	396
Outras receitas (despesas) financeiras	1.970	4
Despesas com tarifas bancárias	(4)	(4)
Despesa aplicação financeira – CRI	(5.907)	(6)
	3.098	390

20. Informações sobre emissão de certificados de recebíveis imobiliários e certificados de recebíveis do agronegócio

Em 23 de dezembro de 2021 foi publicada a Resolução CVM nº 60, que dispõe sobre as companhias securitizadora de direitos creditórios registradas na CVM e revoga as Instruções CVM nºs. 414, de 30 de dezembro de 2004, 443, de 8 de dezembro de 2006, 600, de 1º de agosto de 2018, e 603, de 31 de outubro de 2018 que entrou em vigor a partir de 2 de maio de 2022, e dispõe sobre as demonstrações financeiras dos Certificados de Recebíveis do Agronegócio e Certificados de Recebíveis Imobiliários, devendo ser apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis aos patrimônios separados regidos pela Lei n° 9.514/97 do artigo 50 da Resolução CVM nº 60/2021 as quais incluem a legislação societária brasileira e os pronunciamentos, orientações e interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e demais normas emitidas pela Comissão de Valores Mobiliários CVM que requer que as Securitizadoras considerem cada patrimônio separado, não consolidado, como uma entidade que reporta.

Em atendimento a essa disposição, a partir do exercício findo em 31 de dezembro de 2019, a Companhia deixou de fazer constar nas suas notas explicativas, as demonstrações financeiras vinculadas aos patrimônios separados por ela instituídos, passando a disponibilizá-las em sua página na rede mundial de computadores, em até 03 (três) meses após o encerramento do exercício social, o qual foi estabelecido como sendo 31 de março, 30 de junho, 30 de setembro e 31 de dezembro de cada ano, para todos os patrimônios separados ativos naquela data conforme determinado pelo Termo de Securitização.

21. Eventos subsequentes

Distribuição de Resultado

Em 12 de janeiro de 2023, a Assembleia Geral Extraordinária deliberou pela distribuição de R$ 1.686 a título de dividendos à conta de reservas de lucros e de lucro líquido do exercício findo em 31 de dezembro 2022 a ser ratificada na Ata Geral de Assembleia Ordinária.

Supremo Tribunal Federal ("STF") muda entendimento relacionado com a coisa julgada em matéria tributária

Em 8 de fevereiro de 2023 o Supremo Tribunal Federal (STF) julgou os Temas 881 – Recursos Extraordinário n° 949.297 e 885 – Recurso Extraordinário nº 955.227.

Os ministros que participaram destes temas concluíram, por unanimidade, que decisões judiciais tomadas de maneira definitiva a favor dos contribuintes devem ser anuladas se, depois, o Supremo tiver entendimento diferente sobre o tema. Ou seja, se anos atrás uma Empresa conseguiu autorização da Justiça para deixar de recolher algum tributo, essa permissão perderá a validade automaticamente se e quando o STF entender que o pagamento é devido.

A Administração avaliou com os seus Assessores Jurídicos Internos os possíveis impactos desta decisão do STF e concluiu que a decisão do STF não resulta, baseada em avaliação da Administração suportada por seus Assessores Jurídicos, e em consonância com o CPC25/IAS37 Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes e o CPC24/IAS10 Eventos Subsequentes, em impactos em suas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2022.